

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Pepe Vargas abre reunião sobre crédito fundiário – Site do MDA. 02/07/2012.....	4
Dilma Rousseff fala sobre o Plano Agrícola 2012/2013 – Site do MAPA. 02/07/2012.....	4
Governo lançará plano de safra da agricultura familiar nessa quarta. Verônica Tozzi – Site da Contag. 03/07/2012	5
Agricultura familiar terá pacote de crédito. Kelly Matos – Folha de São Paulo, Mercado. 03/07/2012	6
Apoio ao produtor rural. - O Estado de São Paulo. 03/07/2012.....	7
Agricultura familiar terá plano de R\$ 22 bi. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/07/2012.....	8
Incra presente no lançamento do Plano Safra 2012-2013 – Site do INCRA. 04/07/2012	9
Plano Safra 2012-2013 é elogiado por diferentes segmentos sociais – Site do MDA. 04/07/2012.....	10
Confira as medidas do Plano Safra 2012-2013 anunciadas pelo ministro Pepe Vargas – Site do MDA. 04/07/2012	11
Plano Safra 2012/2013 assegura valor recorde de R\$ 22,3 bilhões para agricultura familiar – Site do MDA. 05/07/2012.....	14
Governo destina R\$ 22,3 bi para pequeno produtor em 2012/13 – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2012.....	16
Novas fronteiras para a agricultura familiar. Tarso Veloso – Valor Econômico. 05/07/2012.....	16
Dilma dá R\$ 23 bi à agricultura e promete 'virar o jogo' na indústria. Lino Rorigues e Júnia Gama – O Globo. 05/07/2012	17
Governo destina R\$ 22,3 bilhões para a Agricultura Familiar. Verônica Tozzi – Site da Contag. 06/07/2012	19
Pepe Vargas destaca importância de parceria com Banco do Brasil para agricultura familiar – Site do MDA. 09/07/2012.....	21
BB oferece R\$ 55 bi para a nova safra, aumento de 14%. Folha de São Paulo, Mercado. 10/07/2012.....	22
Encontro reúne agricultores beneficiários do PNCF em Mato Grosso do Sul – Site do MDA. 10/07/2012.....	22
Garantia-Safra paga benefício a 233 mil agricultores em julho – Site do MDA. 10/07/2012.....	23
Encontro reúne agricultores beneficiários do PNCF em Mato Grosso do Sul – Site do MDA. 10/07/2012.....	24
PGPAF de julho: desconto para 14 produtos – Site do MDA. 10/07/2012	25
CMN amplia aprovação do Proagro aos médios produtores. Site do MAPA. 11/07/2012.....	26

MDA comemora liberação de crédito para agricultores afetados pela estiagem – Site do MDA. 11/07/2012.....	27
Programas de proteção da renda do agricultor são ampliados pelo Plano Safra 2012-2013 – Site do MDA. 16/07/2012	28
Planos agrícolas promovem concentração de terra e especulação financeira. José Coutinho Júnior – Site do MST. 16/07/2012.....	29
MDA realiza seminário sobre Seguro da Agricultura Familiar – Site do MDA. 17/07/2012.....	33
Ação de Ater e crédito orientado atende cerca de 480 mil agricultores do Pronaf B – Site do MDA. 23/07/2012.....	34
Mais crédito para agricultores familiares no Ano Internacional das Cooperativas – Site do MDA. 26/07/2012.....	35
Mais de 450 mil agricultores familiares contrataram o Seaf – Site do MDA. 27/07/2012	38

Pepe Vargas abre reunião sobre crédito fundiário – Site do MDA. 02/07/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou da reunião do grupo de trabalho (GT) que discute propostas para o aprimoramento da operacionalização e condições de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), na tarde desta segunda-feira (2), em Brasília. Formado pela Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Ministério da Fazenda e com a participação dos movimentos sociais do campo, o grupo de trabalho foi mencionado pelo ministro Pepe Vargas como resposta a uma das principais reivindicações do meio rural nas mobilizações que ocorreram nos meses de abril e maio. O próximo encontro será realizado no próximo dia 17, com a oficialização do GT.

Pepe Vargas destacou a necessidade de criar formas para ampliar o acesso ao crédito fundiário e apontou a grande incidência de jovens beneficiados pelo programa como um fator a ser observado quando se discute êxodo e sucessão rural. “Este programa tem sua eficiência comprovada para o acesso à terra pelos mais jovens, sendo que um terço foi acessado por esta parcela da população. Acredito que a formação deste grupo vai aperfeiçoar o programa para que possa atender mais pessoas”, disse.

O secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida, apresentou o panorama geral do programa, incluindo a avaliação de impacto do acesso ao PNCF nas modalidades de Combate à Pobreza Rural (CPR) e de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Outro dado apontado pelo secretário foi com relação à inadimplência de agricultores que contraíram o financiamento, provocada pela estiagem ou excesso de chuvas (calamidades climáticas), além de outros motivos como alto endividamento dos beneficiários e orientação produtiva inadequada.

Os representantes dos movimentos sociais foram unânimes em ressaltar a relevância do estudo mostrado pela SRA e a contribuição que a formação do grupo de trabalho dará para que se aperfeiçoe o programa. A 1ª secretária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fettag RS), Josiane Einloft, fez menção ao papel social desempenhado pelo PNCF e, também, citou a importância do seu aprimoramento para que seja ainda mais atrativo para os jovens. Francisco Miguel Lucena, dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), avaliou que o grupo de trabalho que está sendo constituído alavancará o processo de acesso à terra.

Dilma Rousseff fala sobre o Plano Agrícola 2012/2013 – Site do MAPA. 02/07/2012

A presidenta Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira, 2 de julho, durante o programa de rádio Café com a Presidenta, que o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013

irá liberar R\$ 115,2 bilhões de crédito para atividades agrárias. Segundo ela, este é o maior valor já disponibilizado para o setor agropecuário e irá ajudar o produtor no aumento da produção das lavouras e rebanhos e também na compra de produtos.

Outra novidade do Plano é que as linhas de crédito estão mais baratas, com redução de juros de 6,75% para 5,5% ao ano para compra de semente ou adubo. Além disso, os produtores com renda de até R\$ 800 mil serão beneficiados com financiamento para o custeio da produção. O Governo Federal aumentou o crédito e diminuiu os juros dos empréstimos para 5% ao ano. Esses juros podem cair ainda mais caso os produtores passem a adotar práticas sustentáveis.

Dilma acrescentou ainda que o valor do seguro feito pelo produtor para garantir o pagamento dos empréstimos (Proagro) também aumentou. A partir de agora os médios produtores poderão ter um seguro de até R\$ 300 mil por safra. Segundo a presidenta, essa iniciativa foi tomada para dar tranquilidade a quem produz, já que a agricultura é uma atividade que envolve riscos como secas, geadas e chuvas em excesso.

Governo lançará plano de safra da agricultura familiar nessa quarta. Verônica Tozzi – Site da Contag. 03/07/2012

A CONTAG está na expectativa do anúncio dos recursos para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. A cerimônia de lançamento ocorrerá nesta quarta-feira (4 de julho), a partir das 11 horas, no Palácio do Planalto, em Brasília. O anúncio será feito pela presidenta Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento agrário, Pepe Vargas.

A previsão é que o governo federal disponibilize o montante de R\$ 18 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 2 bilhões a mais do que na safra passada. Também devem ser anunciadas a redução de juros do custeio para 4% ao ano, o descontingenciamento de R\$310 milhões de recursos de assistência técnica e a ampliação do crédito disponível para recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Segundo o secretário de Política Agrícola da CONTAG, Antoninho Rovaris, a expectativa é haja também o aumento do limite da renda bruta anual de R\$110 mil para R\$160 mil, a ampliação de limites para financiamento de R\$50 mil para até R\$80 mil. “Outra questão importante para nós é a garantia de renda no Proagro Mais, aumentando de R\$3.500 para R\$ 7.000, garantindo também todos os financiamentos bancários dos agricultores e agricultoras familiares”, completa Rovaris.

O dirigente revela também que estão previstas novidades para o Plano Safra 2012/2013: “A família que tiver uma renda de até R\$10 mil anuais fora da atividade agropecuária, o valor não contará para fins de enquadramento para o acesso ao Pronaf. Somente será contado o que for excedido. Já o crédito do Pronaf B será transformado em microcrédito rural, podendo chegar até R\$18 mil por agricultor financiado”.

Rovaris informa ainda que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aumentará de R\$ 760 milhões para R\$1,3 bilhões nesse ano, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de R\$930 milhões para R\$1,1 bi. Além disso, foram criados três grupos de trabalho (GTs) que estão em funcionamento: o GT para a definição de uma Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) específica para a agricultura familiar; o GT que vai trabalhar a questão da tributação na agricultura dos componentes dos custos da produção familiar; e o outro GT que está trabalhando o Plano Nacional de Abastecimento de Água, especialmente para os públicos do nordeste e sul do país, que têm sofrido com as secas recorrentes nos últimos anos.

Agricultura familiar terá pacote de crédito. Kelly Matos – Folha de São Paulo, Mercado. 03/07/2012

Linhas de financiamento serão de R\$ 18 bilhões; juros serão reduzidos e haverá incentivo à recuperação de áreas

Pequenos produzem 70% dos alimentos consumidos no país; compra de máquinas também terá incentivos

A presidente Dilma Rousseff lança amanhã o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/13, que inclui reforço nas linhas de crédito para custeio e para investimento, redução nos juros, além da ampliação do crédito disponível para recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal desmatadas.

O plano terá R\$ 18 bilhões em crédito disponibilizados por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), R\$ 2 bilhões a mais do que na safra passada.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é responsável hoje pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros diariamente.

Dilma, que na última semana afirmou que a agricultura exerce "papel essencial" no enfrentamento da crise, vai ampliar o limite de crédito disponível para custeio. Os juros sofrerão redução de meio ponto percentual.

Para custear a lavoura, a faixa limite de crédito, antes de R\$ 50 mil, passará para R\$ 80 mil. No plano anterior, o produtor que solicitava crédito na faixa mais alta -de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil- pagava juros de 4,5% ao ano.

O novo Plano Safra reduziu os juros para 4% para quem captar de R\$ 20 mil até R\$ 80 mil.

REDUÇÃO EM ESTUDO

Já os números relacionados ao investimento ainda estavam em estudo por técnicos do governo.

Até a noite de ontem, o ministério avaliava a possibilidade de reduzir as taxas de juros para ações como compra de equipamentos para irrigação, tratores e máquinas, por exemplo.

A ideia inicial era ampliar o limite de R\$ 50 mil para

R\$ 130 mil, mas os juros, que antes eram de 2% ao ano, ainda permaneciam indefinidos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário também decidiu ampliar as linhas de crédito para recuperação de Áreas de Preservação Permanente e reservas legais. O reforço ficará disponível por meio do Pronaf Floresta, um braço do programa nacional da agricultura familiar.

Criado há uma década para a Amazônia e só estendido ao país todo no ano passado, o Pronaf Floresta permitia ao produtor captar até R\$ 20 mil. Agora, o limite será estendido a R\$ 35 mil, como a Folha antecipou, com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de 12 a 20 anos.

A intenção do governo é pôr em funcionamento os dispositivos da medida provisória do Código Florestal, baixada em maio. E mostrar, especialmente para o pequeno produtor, que cumprir a lei, com recuperação de matas ciliares, não tem custo proibitivo.

Apoio ao produtor rural. - O Estado de São Paulo. 03/07/2012

A decisão do governo de estender para a agricultura a política de ampliação dos recursos para financiamento e de redução dos juros com o objetivo de estimular a atividade econômica – que tem aplicado de maneira quase obsessiva na área de consumo, com resultados práticos cada vez mais duvidosos – poderá trazer para o País resultados bem melhores.

A agricultura brasileira teve uma evolução impressionante nas últimas décadas, tanto em termos de produção como, sobretudo, de produtividade, e demonstrou enorme capacidade de resistir à crise mundial. O aumento de 7,2% dos recursos para o financiamento do plantio, da comercialização e dos investimentos para a safra 2012/13, que totalizarão R\$ 115,25 bilhões, e a redução dos juros de 6,75% para 5,5% ao ano se somarão a outros fatores, como a recuperação dos preços dos alimentos, para compensar a queda da demanda mundial e o aumento dos custos de produção. Serão um estímulo para o produtor rural brasileiro continuar buscando mais produtividade e maior produção. O bom desempenho do campo é indispensável para a segurança alimentar dos brasileiros e para manter os resultados positivos da nossa balança comercial.

Mais recursos a custos menores são duas das características do Plano de Safra 2012/13 anunciado na quinta-feira passada pela presidente Dilma Rousseff, que destacou o papel do agronegócio para evitar consequências mais graves da crise mundial sobre o Brasil. “Nosso agronegócio tem um potencial de gerar renda e emprego e de mostrar que o

Brasil é um dos poucos países que conseguem criar uma relativa proteção em relação aos efeitos perversos dessa crise”, disse ela. Outra característica do novo plano de safra é o foco no médio produtor rural, no cooperativismo e na produção sustentável.

No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, o volume de recursos para custeio cresceu de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 7,1 bilhões (aumento de 14,5%), os juros baixaram de 6,25% para 5% ao ano (a redução de 1,25 ponto porcentual corresponde a uma variação de 20%), a renda bruta anual para enquadramento do produtor no programa passou de R\$ 700 mil para R\$ 800 mil e o limite de crédito por produtor aumentou de R\$ 400 mil para R\$ 500 mil.

A disponibilidade de recursos nas linhas do Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária passou de R\$ 60 milhões para R\$ 100 milhões por cooperativa e, no Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias, de R\$ 25 milhões para R\$ 50 milhões.

Para o Programa Agricultura de Baixo Carbono, o plano destinou R\$ 3,4 bilhões (8% mais do que no plano anterior), que poderão ser aplicados em recuperação de áreas degradadas, sistemas combinados de agropecuária e floresta, correção e adubação de solos, plantio e manutenção de florestas comerciais, etc.

No novo plano, o governo duplicou o limite de cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, que passou de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil por beneficiário. Para os produtores apoiados por aquisições do governo federal, os preços mínimos de diversos produtos foram elevados em nível regional e nacional.

Nos últimos 35 anos, como destaca o Plano de Safras 2012/13, o Brasil desenvolveu e consolidou um dos setores agropecuários mais eficientes do mundo, e, nas duas últimas décadas, foram substancialmente reduzidos os níveis de proteção tarifária e dessubsídios. A produção brasileira de grãos passou de 60 milhões de toneladas em 1991 para 161,2 milhões de toneladas na última safra, um aumento de praticamente 165%.

Nesse período, a área cultivada variou apenas 30%, de 38,5 milhões de hectares para 49,9 milhões de hectares. Esses números mostram aumento de mais de 100% na produtividade no período. O governo pretende estimular o aumento da eficiência do campo com a criação, anunciada pela presidente, de uma agência de assistência técnica e extensão rural, que terá a função de difundir o conhecimento técnico.

Agricultura familiar terá plano de R\$ 22 bi. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/07/2012

A partir da safra 2012/13, que começa oficialmente em julho, os produtores familiares terão um limite de endividamento definido pelo governo como forma de controlar a inadimplência. A medida faz parte do novo Plano de Safra da Agricultura Familiar, que será anunciado amanhã no Palácio do Planalto.

Depois de anos de discussão, o governo decidiu criar um "teto para o endividamento", em razão das frequentes renegociações anuais. A partir de agora, as dívidas com custeio não poderão ultrapassar R\$ 160 mil, sendo que o teto de contratação por safra é de R\$ 80 mil. Para investimentos, o limite será de R\$ 200 mil, com autorização de R\$ 130 mil por safra por produtor. "Se o agricultor ultrapassar os limites impostos, ele será impedido de contratar novas linhas", disse uma fonte que participou do plano.

O valor do plano safra para agricultores familiares é de R\$ 22,3 bilhões em recursos, 39,4% maior em relação aos R\$ 16 bilhões da safra passada. Seguindo o exemplo do programa para a agricultura empresarial, os juros também foram reduzidos, de 4,5% para 4%, voltados apenas para as operações de custeio acima de R\$ 20 mil. No restante das operações, as taxas continuam as mesmas com variação de 1% a 4%. O governo acredita que com o pacote, mais produtores serão beneficiados com juros mais baixos, prazos de quitação maiores e descontos para o pagamento antecipado da dívida.

Devido ao ganho de produtividade e aumento de renda nos últimos anos, o limite de renda bruta para enquadramento do produtor como agricultor familiar no Pronaf, hoje em R\$ 110 mil por ano, vai passar para R\$ 130 mil. O teto do crédito de custeio para a agricultura familiar aumentará de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil. No chamado "Pronaf B", usado por agricultores com renda de até R\$ 6 mil anuais, o limite de custeio passará a ser de R\$ 10 mil.

O Pronaf Mulher, linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito para a agricultora, passará de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil por safra. Com uma proposta parecida, o Pronaf Jovem, que financia jovens agricultores, aumentará de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil. A linha para compras de máquinas e equipamentos usados que possuía limite de R\$ 30 mil e sete anos de uso do equipamento também foi alterada. Agora, cada agricultor poderá usar R\$ 40 mil para compra de equipamentos de até dez anos de uso.

Incra presente no lançamento do Plano Safra 2012-2013 – Site do INCRA. 04/07/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, lançou nesta quarta-feira (04), com a presença da presidenta Dilma Rousseff, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013. O evento ocorreu no segundo andar do Palácio do Planalto, e teve início às 11 horas.

O presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, acompanhado dos superintendentes regionais, prestigiou a apresentação do plano que contou ainda com a presença dos parlamentares federais defensores da agricultura familiar e de centenas de representantes dos movimentos sociais: Via Campesina, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O Plano Safra pretende fortalecer a agricultura familiar, responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. O setor é também um importante vetor de desenvolvimento do país, gerando emprego e renda no meio rural. Num momento em

que o mundo debate as formas de produção sustentável, a agricultura familiar também dá sua contribuição ao meio ambiente.

Durante a solenidade, o ministro anunciou o valor total de R\$ 22 bilhões para implementação de medidas para a agricultura familiar na safra 2012-2013. As principais serão, a ampliação do crédito aos produtores, dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), da cobertura de renda e de garantia de preços e de comercialização.

Plano Safra 2012-2013 é elogiado por diferentes segmentos sociais – Site do MDA. 04/07/2012

As medidas anunciadas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, durante o lançamento do Plano Safra 2012-2013, repercutiram positivamente entre os diversos segmentos sociais que compareceram nesta quarta-feira (4) à solenidade no Palácio do Planalto. Agricultores familiares, representantes de movimentos sociais, prefeitos e governadores comemoraram o investimento recorde de R\$ 22,3 bilhões para a implementação de medidas em prol da agricultura familiar.

Uma das medidas é a inclusão do agricultor com renda bruta até R\$ 10 mil ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o aumento do limite de financiamento de custeio, que passa de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil.

Outra proposta destacada foi a redução das taxas de juros do Pronaf, que para os financiamentos até R\$ 10 mil será de 1% ao ano; de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil, 3%; e de R\$ 20 mil a R\$ 80 mil cai de 4,5% para 4%. Para o agricultor familiar Ivonildo Rei, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Rio Grande do Sul, a diminuição dos juros é uma das ações que mais beneficiará aqueles que pretendem acessar o Pronaf. “Com isso, os agricultores que querem adquirir as linhas de créditos não terão problemas com endividamento no futuro”, afirmou.

Representante da Via Campesina, Leandro de Freitas salientou a luta histórica dos movimentos sociais de trabalhadores do campo pelo aumento do crédito rural, fundamental para a modernização da agricultura familiar. Ele ressaltou a importância de políticas públicas voltadas para o campo. “Com todas essas políticas nós queremos continuar na roça, porque lá nós temos luz, temos renda e temos para onde vender nossa produção,” assegurou.

A presidenta Dilma Rousseff fez questão de frisar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que também foram lembrados na elaboração do plano. O valor de venda para o Pnae passa de de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por agricultor e o PAA passa a ter uma nova modalidade de compra institucional em que estados e municípios compram da agricultura familiar com sua própria verba.

No total, serão investidos R\$ 2,3 bilhões no PAA e Pnae, entre recursos do MDA, do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). De acordo com a agricultora familiar, dirigente

nacional do MPA, Jucimara Almeida, com esses investimentos os agricultores sentirão na prática os benefícios das novas medidas anunciadas para o Plano Safra 2012/2013. “Eu, como agricultora, posso dizer que senti uma atenção especial voltada para nós, não só como agricultores, mas, também, como mulheres”, revelou.

Qualificação da produção

Na avaliação do governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, as novas linhas de crédito permitirão uma qualificação da produção. “Estou muito feliz. A agricultura familiar pode e deve produzir mais e melhor, ter um nível de produtividade maior. A agricultura familiar não precisa ser necessariamente uma agricultura de pouca produção”, comentou.

O ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, fez uma avaliação geral sobre o plano. “Mais uma vez reduzindo taxas de juros e ampliando recursos, o governo federal viabiliza que os alimentos sejam produzidos e comercializados. E comercializados a preços acessíveis, contribuindo com a estabilidade de preços no âmbito nacional e com a política geral da presidenta Dilma Rousseff de contenção da inflação, redução da taxa de juros, aumento do consumo pelos brasileiros e brasileiras, elevando a qualidade de vida do nosso povo. Sem dúvidas, um grande Plano Safra”, analisou.

Confira as medidas do Plano Safra 2012-2013 anunciadas pelo ministro Pepe Vargas – Site do MDA. 04/07/2012

O Plano Safra 2012/2013, anunciado nesta quarta-feira (4) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contará com recursos da ordem de R\$ 22,3 bilhões para financiar as diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Apenas para financiar investimentos e custeio por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), serão disponibilizados R\$ 18 bilhões.

O Plano Safra visa aumentar os limites de investimento e custeio da agricultura familiar brasileira, dinamizando um setor que é responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (o último disponível), o país conta com mais de 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar. Cerca de 12,3 milhões de pessoas trabalham nos estabelecimentos familiares Brasil afora, o que representa 74,4% do pessoal ocupado na zona rural. Os agricultores familiares são responsáveis por 88% do valor bruto da produção (VPB) nacional de mandioca, 68,7% do feijão, 56,4% do leite de vaca e 51% dos suínos.

As ações para a safra 2012/2013, que começa neste mês, envolvem a ampliação de crédito, de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), da cobertura de renda e da garantia de preços e de comercialização. Esse conjunto de medidas tem por objetivo promover a melhoria das atividades do segmento, evitando perdas por adversidades climáticas e estimulando a organização econômica dos agricultores. O Plano Safra 2012/2013 ainda tem como prioridade o fortalecimento das políticas públicas voltadas à juventude do meio rural.

Os agricultores familiares tiveram seus limites de enquadramento de renda e crédito ampliados. A renda de enquadramento foi aumentada de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil, e o limite para financiamento para o custeio foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil. Os juros para as operações de custeio acima de R\$ 20 mil foram reduzidos de 4,5% ao ano para 4% - nas outras linhas, as taxas variam de 1% a 4%.

O novo Plano amplia também o enquadramento de renda dos agricultores do Grupo B do Pronaf, de menor renda. Anteriormente, os agricultores interessados no financiamento podiam ter renda anual de até R\$ 6 mil, limite que foi ampliado agora para R\$ 10 mil por ano. A linha de microcrédito visa possibilitar pequenos investimentos, como a compra de pequenos animais e materiais para artesanato, entre outros. O grupo B também contará com recursos para custeio de atividades agrícolas, que podem chegar até R\$ 10 mil e que antes não existiam para essa faixa de renda. Com isso, os agricultores de menor renda passam ainda a ter acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). As medidas têm como objetivo melhorar a vida dos agricultores familiares de menor renda, que vivem em aproximadamente 1,6 milhão de estabelecimentos na zona rural brasileira.

Outro ponto importante é a ampliação do limite de crédito para os jovens rurais. Antes, o financiamento máximo do Pronaf Jovem era de R\$ 12 mil – o valor agora passará para R\$ 15 mil. Os jovens contarão ainda com serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) específica – 10 mil deles serão atendidos. O Plano prevê ainda a capacitação de 3 mil jovens rurais, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Já o Pronaf Mulher, voltado para as trabalhadoras rurais, passará de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil por safra.

Cooperativas e agroindústrias também terão limites maiores para investimento: o valor atual de R\$ 10 milhões sobe para R\$ 30 milhões, com taxa de juros de 2% ano a ano e o limite de R\$ 500 mil sobe para R\$ 1 milhão, com taxa de juros de 1% ao ano.

O ministro anunciou ainda a ampliação da cobertura da renda do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que passou de R\$ 3,5 mil para R\$ 7 mil. Os agricultores com financiamentos de custeio agrícola do Pronaf têm direito ao SEAF. O seguro foi criado em 2004 para atender à reivindicação dos agricultores de produzir com segurança e com garantia de renda. Válido para todo o país, o seguro cobre operações de custeio agrícola até 100% do valor financiado e até 65% da Receita Líquida Esperada do Empreendimento (RLE), até o novo limite de R\$ 7 mil. A indenização é proporcional à perda, e só podem ser indenizadas aquelas que forem maiores do que 30% da RLE. O Seaf cobre perdas provocadas pela seca, chuva excessiva, geada, granizo, variação excessiva de temperatura, ventos fortes, ventos frios, doença fúngica ou praga sem método de controle técnica ou economicamente viável.

Já os recursos do Garantia-Safra foram ampliados para R\$ 411,8 milhões. O fundo tem como objetivo garantir a renda dos agricultores cujos municípios tiveram perdas superiores a 50% da produção devido a fatores como seca ou enchentes. Também foi anunciada a extensão do benefício para agricultores de todo o país. Atualmente, o Garantia-Safra pode ser acessado por agricultores da região Nordeste, do norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Neste ano, o MDA antecipou o pagamento de parcelas do Garantia-Safra como uma das ações para amenizar os efeitos da estiagem no

Nordeste, além de ter criado linhas de crédito emergenciais.

O ministério também ampliou para R\$ 90 milhões os recursos do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Se no momento do pagamento do financiamento os preços dos produtos vendidos pelos agricultores estiverem abaixo do custo de produção, o programa garante que a diferença seja concedida ao produtor na forma de descontos. Já o Programa de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM) contará com R\$ 347 milhões para garantir valores mínimos de compra de produtos.

O Plano também trouxe novidades nos programas de outro ministério que contam com apoio do MDA. No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Ministério da Educação, uma resolução assinada pelo ministro Pepe Vargas permitirá aos produtores vender R\$ 20 mil em produtos para as escolas que compram da agricultura familiar, ante o limite anterior de R\$ 9 mil. A medida ajuda os agricultores e as instituições públicas de ensino, que devem investir ao menos 30% dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar na compra de produtos da agricultura familiar.

Já no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a presidenta Dilma, assinou um decreto criando uma nova modalidade de compra, que permitirá aos estados e municípios adquirirem os produtos da agricultura familiar com seus próprios recursos (anteriormente, as compras eram feitas apenas pela União). Com a medida, os estabelecimentos familiares poderão vender anualmente até R\$ 4,5 mil para a União e mais R\$ 8 mil para estados e municípios. Somados, PAA e Pnae contarão com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões para a safra 2012/2013. Os dois programas criam canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar, melhorando a renda e a vida dos produtores.

O Plano busca ainda a inserção produtiva dos agricultores em situação de extrema pobreza – com renda per capita mensal de até R\$ 70, inclusive de povos e comunidades tradicionais. Serão destinados R\$ 405,5 milhões para o Brasil Sem Miséria (PBSM). A ação também visa prestar serviços específicos de assistência técnica e extensão rural ao grupo, beneficiando 203 mil agricultores. Os agricultores familiares atendidos pelo MDA no âmbito do Brasil Sem Miséria recebem ainda R\$ 2,4 mil de fomento não-reembolsável para investimento em suas propriedades e sementes para alimentação própria e venda para terceiros.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) para a safra 2012/2013 contarão com mais de meio bilhão de reais. As chamadas vão atender a 480 mil famílias, sendo 170 mil de forma diferenciada (jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais, entre outros). Aliados ao crédito rural, os serviços de assistência técnica são essenciais para melhorar a produtividade e garantir a renda das famílias no campo.

O novo Plano Safra traz ainda a preocupação do MDA com a preservação do meio ambiente. Todas as novas contratações de Ater terão orientação específica para a melhoria da gestão ambiental da propriedade e a redução do uso de agrotóxicos. O Pronaf Semiárido, voltado para os estados nordestinos e do Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, prevê a ampliação dos limites de crédito de R\$ 12 mil para R\$ 18 mil. Os recursos da linha são destinados à construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água, com juros de 1% ao

ano e prazo para pagamento de dez anos, com até três anos de carência. Já o Pronaf Floresta, que financia projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista sustentável, terá seu limite de financiamento aumentado de R\$ 20 mil para R\$ 35 mil. A vocação natural da agricultura familiar de contribuir para a preservação dos recursos naturais será potencializada com as novas medidas do Plano Safra.

Plano Safra 2012/2013 assegura valor recorde de R\$ 22,3 bilhões para agricultura familiar – Site do MDA. 05/07/2012

Lançado nesta quarta-feira, 4, pelo ministro de Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 prevê recursos da ordem de R\$ 22,3 bilhões para a safra atual, que começa neste mês de julho. O valor destinado para a agricultura familiar é recorde. Diante de um salão lotado no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença da presidenta Dilma Rousseff, de ministros, governadores, senadores e outras autoridades, além de agricultores familiares e representantes de movimentos sociais ligados ao meio rural, o ministro e a presidenta destacaram os avanços do Plano Safra deste ano.

Apenas em crédito para investimento e custeio, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), serão disponibilizados R\$ 18 bilhões aos agricultores familiares. A presidenta afirmou, porém, que o valor não é o limite do governo. “Se forem necessários mais de R\$ 18 bilhões se a demanda dos agricultores familiares for maior, eles terão mais de R\$ 18 bilhões”, garantiu Dilma.

O ministro Pepe Vargas realçou as novas medidas do plano e os avanços da agricultura familiar nos últimos anos. “O Brasil entrou num ciclo de crescimento econômico com distribuição de renda e ampliação das políticas sociais. Essas conquistas também estão chegando ao meio rural”, pontuou.

Pepe Vargas salientou a melhoria de vida no campo, em grande parte devido às diversas políticas públicas disponibilizadas pelo MDA, como crédito, garantia de compra e seguro, entre outras. “O número de pessoas no meio rural que também ascenderam à classe média é expressivo, são mais de 3,7 milhões”, disse o ministro.

Compras garantidas
O novo Plano Safra amplia os valores de crédito oferecido e também a garantia de compras por parte do governo. Para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prevê compras pela Conab para os estoques nacionais, os recursos serão de R\$ 1,1 bilhão. Durante o lançamento do plano, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto que regulamenta a nova modalidade de compra do PAA, que permite que estados e municípios passem a adquirir produtos diretamente dos agricultores familiares. Em coletiva à imprensa, após o anúncio das medidas, Pepe Vargas explicou que a ação ampliará as vendas da agricultura familiar, cujos produtos agora poderão ir para restaurantes de órgãos públicos, universidades estaduais e hospitais públicos, entre outros.

Já para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), os recursos destinados para as compras de produtos da agricultura familiar por escolas públicas passam a ser de R\$ 1,2 bilhão. Durante a cerimônia no Planalto, o ministro da Educação, Aloizio

Mercadante, assinou uma resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que eleva o limite de compras por agricultor. Agora, cada produtor poderá vender até R\$ 20 mil em produtos por ano às escolas públicas. Mais que o dobro do valor anterior que era de R\$ 9 mil. Além da ampliação do limite, os editais do Pnae também poderão ser publicados na Rede Brasil Rural (RBR), ferramenta virtual criada pelo MDA para auxiliar na comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Pepe Vargas ressaltou, ainda, a ampliação dos limites de renda para os agricultores familiares terem acesso a crédito e a queda nas taxas de juros dos financiamentos ao setor. O ministro também frisou que, no ano declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Cooperativas, o Pronaf Agroindústria, linha de crédito voltada para essas organizações, teve seu limite de crédito ampliado de R\$ 10 milhões para R\$ 30 milhões.

Sustentabilidade

O ministro e a presidenta destacaram o importante papel da agricultura familiar na preservação da natureza e no objetivo do governo de tornar a produção brasileira cada vez mais sustentável. Os limites de crédito do Pronaf Floresta, por exemplo, passam de R\$ 20 mil ao ano por agricultor para R\$ 35 mil. O programa tem por objetivo financiar, entre outras atividades, o manejo florestal.

Pepe Vargas pontuou que todos os novos contratos de assistência técnica e extensão rural (Ater) passarão a prezar, além do aumento da produção e da renda dos agricultores, também pelo manejo sustentável do solo, da água e dos insumos, assim como o uso reduzido de agrotóxicos. Pepe comentou, ainda, sobre a parceria entre o MDA e o Sebrae, voltada para a melhoria na gestão dos empreendimentos da agricultura familiar.

A importância dos serviços de assistência técnica foi reiterada pela presidenta Dilma, que informou a criação, pelo governo, de um órgão federal específico para cuidar da política nacional de assistência técnica. “A assistência técnica é um dos três eixos fundamentais para a agricultura no Brasil”, afirmou Dilma, que apontou a armazenagem e a irrigação como os outros pontos essenciais para o avanço do setor no país.

O ministro comemorou a criação do novo órgão e avaliou que a assistência técnica e o crédito são os grandes responsáveis pelo aumento da produtividade no meio rural. Nesse último quesito, Pepe Vargas salientou a importância do Pronaf Mais Alimentos, que financia a compra de máquinas e equipamentos agrícolas para a agricultura familiar. O ministro informou que, desde a criação do programa, há quatro anos, mais de 40 mil tratores já foram comercializados por meio da linha de crédito do MDA. “O Mais Alimentos melhora a produtividade e a qualidade de vida dos agricultores familiares, além de ser um reforço importantíssimo para a política industrial do país”, declarou Pepe Vargas, sob fortes aplausos da plateia.

Alex

Atala

Durante o lançamento do Plano Safra 2012-2013, o MDA assinou um protocolo de intenções com o chef paulista Alex Atala, um dos mais renomados do mundo. O acordo tem como objetivo qualificar empreendimentos da agricultura familiar para que eles passem a ser fornecedores da rede varejista, de modo a promover a valorização da agricultura familiar brasileira no mercado gastronômico. O MDA e a agricultura familiar ganham, assim, um importante aliado.

Atala é dono do quarto melhor restaurante do mundo (D.O.M.), segundo o ranking deste ano da revista especializada inglesa Restaurant. O chef lançou recentemente uma marca de produtos feitos por agricultores familiares, a Retratos do Gosto. O primeiro produto oferecido é um tipo de miniarroz, mas ele quer expandir a linha. O chef afirma que o intuito da empreitada não é lucrar – ele vai reinvestir os ganhos nas propriedades de seus fornecedores. Atala acredita que os produtos locais são mais saborosos e quer ajudar no desenvolvimento da agricultura familiar.

Governo destina R\$ 22,3 bi para pequeno produtor em 2012/13 – Folha de São Paulo, Mercado. 05/07/2012

Plano prevê redução das taxas de juros, que não ultrapassarão 4%

O governo anunciou ontem o Plano Safra da Agricultura Familiar, no qual dará R\$ 18 bilhões de crédito agrícola para a safra 2012/13, com redução das taxas de juros, que não ultrapassarão 4%.

O total de medidas voltadas aos pequenos produtores soma R\$ 22,3 bilhões.

A presidente Dilma Rousseff afirmou que a agricultura familiar contribuirá para o enfrentamento da crise internacional por meio da produção de alimentos, do investimento e da compra de máquinas e equipamentos. O setor atualmente é responsável pela produção de 70% dos alimentos e responde por 38% da renda agropecuária.

"Em 2009, no auge da crise, quem comprava trator no país era o [programa do governo] Mais Alimentos. Hoje, estamos fazendo e continuando uma política extremamente agressiva nessa área."

No novo plano, o governo elevou de R\$ 3.500 para R\$ 7.500 o valor previsto para segurar a renda dos pequenos produtores, em caso de perdas da safra que podem ser causadas por problemas climáticos, como a estiagem.

Novas fronteiras para a agricultura familiar. Tarso Veloso – Valor Econômico. 05/07/2012

O plano para financiamento da agricultura familiar na safra 2012/13, apresentado ontem pela presidente Dilma e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, terá mesmo R\$ 22,3 bilhões divididos entre R\$ 18 bilhões para custeio, investimento e comercialização e R\$ 4,3 bilhões para ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, seguro, garantia de preços, comercialização, aquisição de alimentos e organização econômica.

O custo do financiamento para os pequenos produtores caiu de 4,5% para 4% ao ano, nas operações de custeio entre R\$ 20 mil e R\$ 80 mil. No restante das operações, os juros se mantiveram entre 1% e 3%. O teto de renda para enquadramento no Programa

Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) foi ampliado de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil ao ano.

Com isso, Vargas prevê que 70 mil agricultores voltem a financiar sua safra por meio do Pronaf e usufruam de juros menores do que o Pronamp, programa destinado à "classe média" rural. Atualmente, os juros do Pronaf variam de 1% a 4% e os do Pronamp são fixos em 5%. "Cerca de 70 mil produtores devem ser enquadrados no Pronaf após a revisão do teto", afirmou.

O plano também ampliou os dois principais mecanismos de compra de alimentos da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De hoje em diante, União, Estados e municípios poderão comprar diretamente da agricultura familiar.

"Hospitais, delegacias de polícia, exército. Todos poderão comprar diretamente do pequeno produtor", disse Vargas. O PNAE ampliará o limite de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil ao ano por produtor, que poderá aumentar suas vendas para escolas e centros de ensino.

Entidades representantes da agricultura familiar elogiaram o plano, mas criticaram o ritmo lento da reforma agrária. "É preciso repensar e reestruturar nossa política. O acesso à terra, com assistência e qualidade, é fundamental para a produção", disse Elisângela Araújo, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. "O governo precisa acelerar esse processo, com o apoio da Embrapa, investindo em tecnologia para produzir em qualquer condição e enfrentando qualquer adversidade", afirmou Leandro de Freitas, representante da Via Campesina.

Dilma dá R\$ 23 bi à agricultura e promete 'virar o jogo' na indústria. Lino Rorigues e Júnia Gama – O Globo. 05/07/2012

Mantega critica líderes europeus e diz que crise afeta outros países além do Brasil

Em evento de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff afirmou ontem que o Brasil irá "virar o jogo" em relação à queda da produção industrial no Brasil. Durante a cerimônia, foram anunciados R\$ 22,3 bilhões para crédito, seguro, assistência técnica, extensão rural, garantia de preços e comercialização de produtos da agricultura familiar. Em seu discurso, a presidente disse que as medidas servirão para "enfrentar a crise":

- Hoje, estamos fazendo e continuando uma política extremamente agressiva nessa área. Estamos comprando tratores, aqueles pequeninhos. Continuamos fazendo isso, com mais agressividade ainda para enfrentar essa crise.

Na terça-feira, o IBGE anunciou que a produção industrial de maio registrou recuo de 4,3% frente ao mesmo mês do ano passado. A queda registrada foi a nona seguida e atingiu 17 dos 27 setores pesquisados.

Desde o início do governo Dilma Rousseff, mais de R\$ 102 bilhões foram repassados à indústria em sete pacotes de medidas, com objetivo de estimular o crescimento do país. Quatro deles foram lançados este ano.

Ontem, no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, foram anunciados mais R\$ 18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar. Outros R\$ 4,3 bilhões chegarão aos agricultores familiares por meio de programas como os de assistência técnica e aquisição de alimentos. A taxa máxima de juros paga pelos agricultores passa de 4,5% para 4%. Além disso, foi ampliada a renda bruta anual para acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil.

Mantega brinca com críticos da política cambial

Ao comentar ontem o recuo da indústria em maio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o setor não foi o único a ser afetado pela crise global, que também atingiu outras economias emergentes. Segundo ele, os problemas financeiros na Europa não serão resolvidos a curto prazo porque "os europeus são lentos e só resolvem problemas à beira do precipício".

- A indústria está indo para baixo não só nos países europeus, mas no Brasil e na China também. Felizmente, somos (o Brasil) menos afetados - disse Mantega, durante evento com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Para o ministro, a crise atual já provocou o mesmo desarranjo na economia mundial do que a turbulência de 2008:

- Temos de ter a consciência que estamos enfrentando uma crise bastante grave, que não vai ser solucionada no curto prazo .

Apesar disso, o ministro afirmou que estaria havendo uma mudança de clima na produção industrial brasileira, e que os dados referentes a junho não "serão tão ruins". Segundo ele, setores como o de linha branca e automobilístico, que receberam incentivos fiscais do governo, já estão reagindo com aumento das vendas.

Por isso, ele manteve sua previsão de crescimento anualizado do Produto Interno Bruto (PIB) entre 3,5% e 4% no segundo semestre de 2012. A partir de 2013, prevê, seria possível retomar um novo ciclo de crescimento entre 4% e 5%.

Sobre as críticas à política cambial que o governo vem adotando para favorecer o setor industrial e as exportações, o ministro da Fazenda disse que não é possível agradar a todos. Segundo ele, 99% dos empresários reunidos ontem na Fiesp concordam com a política cambial:

- O outro 1% foi ao banheiro.

O ministro disse que a economia vai crescer 3,5% no segundo semestre, contra previsão de 2,2% em 2012 da RC Consultores e da Fiesp. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, aproveitou para pedir a prorrogação do prazo.

O ministro disse que a economia vai crescer 3,5% no segundo semestre, contra previsão de 2,2% em 2012 da RC Consultores e da Fiesp. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, aproveitou para pedir a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos da indústria.

Governo destina R\$ 22,3 bilhões para a Agricultura Familiar. Verônica Tozzi – Site da Contag. 06/07/2012

A presidenta Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, anunciaram nesta manhã (4 de julho) as medidas do governo para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. No total, serão investidos R\$ 22,3 bilhões para o fortalecimento desse setor. Desse montante, R\$ 18 bilhões estarão disponíveis para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um acréscimo de R\$ 2 bilhões em relação à safra anterior.

Ao apresentar as medidas, Pepe Vargas destacou o ciclo de crescimento do país e do segmento da agricultura familiar a partir do Governo Lula e que continua neste mandato da presidenta Dilma. “As políticas estão chegando no Brasil Rural, como o Programa Luz para Todos, o Programa Nacional de Habitação Rural, os programas de acesso à terra, por exemplo”, cita o ministro. Ele também enfatiza que nos últimos anos houve um crescimento considerável da renda dos agricultores(as) familiares, principalmente fruto do crescimento da produtividade. “Com o PAA e PNAE garantimos o escoamento da produção da agricultura familiar, viabilizamos uma alimentação escolar com mais qualidade e a manutenção de estoques. Portanto, queremos fortalecer as políticas citadas neste plano safra. Queremos produzir mais alimentos, aumentar a renda dos agricultores e agricultoras familiares e ter mais sustentabilidade”, anuncia Pepe.

Já a presidenta Dilma Rousseff iniciou seu discurso dizendo que estava apresentando este Plano Safra da Agricultura Familiar com grande orgulho. “Quando vemos os planos anteriores, identificamos grandes avanços, principalmente nos aspectos social e econômico. Organizamos um conjunto de políticas que mudaram o patamar desse público”, avalia a presidenta.

Dilma anunciou ainda que a agricultura familiar passará a ser fornecedora de alimentos não só para as escolas, mas também para outros órgãos públicos, como hospitais e creches, por exemplo. “Dessa forma, garantimos o mercado e diminuimos os riscos para a sustentabilidade dessas famílias e resolvemos os problemas para o escoamento dessa produção”. Dilma completa que será criado um órgão específico para trabalhar a assistência técnica e extensão rural, fato muito comemorado e aplaudido no plenário. “Também vamos priorizar outros dois eixos: a armazenagem e a irrigação”, revela.

Em nome do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o presidente da CONTAG, Alberto Broch, avaliou durante a solenidade que este é o maior Plano Safra da Agricultura Familiar já lançado no Brasil. “A agricultura familiar tem um papel estratégico de fazer uma agricultura com gente no campo e com preservação ambiental. Onde tem agricultura familiar, tem desenvolvimento, tem produção de cultura e de saberes, que são extremamente importantes para o país. Portanto, feliz é o país que investe na agricultura familiar, pois é quem garante a soberania e segurança alimentar”, destaca Broch.

Ele aproveitou para dizer que a política de ATER é um dos pilares que garantirá o sucesso de todas as medidas anunciadas pelo governo. “Temos que lutar pela universalização da ATER em todo o país. Por isso, é importante que o MDA seja fortalecido para que todas essas medidas e políticas realmente cheguem a todos os rincões do Brasil”, reivindica o presidente da CONTAG. No entanto, cobrou empenho dos governos federal, estaduais e municipais de demais órgãos e agentes financeiros para que essas políticas sejam de fato efetivadas e atenda o máximo possível de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Broch encerrou sua fala pressionando o Governo Dilma a fazer uma reforma agrária ampla e massiva para expandir a agricultura familiar em todo o país. “O nosso compromisso é de continuar lutando e preservar esse diálogo aberto com o governo de construção coletiva para avançarmos ainda mais”, concluiu.

Para o secretário de Política Agrícola da CONTAG, Antoninho Rovaris, o anúncio confirmou a expectativa da entidade. “Lembramos que várias medidas já foram adiantadas na resposta à pauta do Grito da Terra Brasil, em maio deste ano”, resgata Rovaris.

O evento foi prestigiado por centenas de agricultores e agricultoras familiares, lideranças, por deputados, senadores, ministros de Estado e por outras autoridades. A CONTAG também foi representada pelos secretários Antoninho Rovaris, David Wylkerson, Natalino Cassaro e Aristides Santos.

Distribuição dos recursos do Plano Safra 2012/2013:

Crédito do Pronaf – R\$ 18 bilhões;

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) – R\$ 480 milhões;

Programa Garantia-Safra – R\$ 412 milhões;

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) – R\$ 90 milhões;

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – R\$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar;

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – R\$ 1,1 bilhão em compras da agricultura familiar;

Assistência Técnica e Extensão Rural – R\$ 542 milhões;

Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) – R\$ 347 milhões;

Fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil sem Miséria – R\$ 81 milhões.

Outros destaques:

Crédito de Custeio – passou de R\$50 mil para R\$ 80 mil;

Juros do Custeio – será de 1,5% até 4% ao ano;

Juros do Investimento - será de 0,5% a 2% ao ano;

Pronaf Agroindústria – passou de R\$ 10 mil para R\$ 30 mil;

SEAF/ Proagro Mais – passou de R\$ 3,5 mil para R\$ 7 mil, aumento de 100%;

PNAE – o limite de venda anual passou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil;

Pronaf Floresta – passou de R\$ 20 mil para R\$ 35 mil, aumento de 75%.

Pepe Vargas destaca importância de parceria com Banco do Brasil para agricultura familiar – Site do MDA. 09/07/2012

A parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Banco do Brasil tem proporcionado grandes avanços no financiamento e no desenvolvimento da produção da agricultura familiar brasileira. Esta é a avaliação feita pelo ministro titular da pasta, Pepe Vargas, durante o balanço do Plano Safra 2011/2012 do Banco do Brasil e das metas da instituição para o período 2012/2013. Pepe Vargas afirmou que, do total de recursos contratados junto ao Pronaf na safra 2011/2012, de cerca de R\$ 12 bilhões, o Banco do Brasil teve uma participação de mais de R\$ 9 bilhões, o que, na avaliação do ministro, ilustra bem “a dimensão do papel do banco no crédito para os agricultores familiares do país”.

Na safra 2011/2012, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 48,165 bilhões, crescimento de 23,5% em relação aos R\$ 39,014 bilhões da safra 2010/2011. Na agricultura familiar, a instituição investiu R\$ 9,287 bilhões, o que representa uma evolução de 6% em relação aos R\$ 8,780 bilhões da safra anterior. A linha de crédito para investimento Pronaf Mais Alimentos – que objetiva promover o aumento da produção e da produtividade, e a redução dos custos de produção, elevando a renda da família produtora rural – contou com R\$ 2,9 bilhões em 61 mil contratos.

Já no Pronamp, que busca promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores e proporcionar o aumento da renda e a geração de empregos no campo, o BB anunciou ter contratado cerca de R\$ 6 bilhões, um incremento de 47% em relação a 2010/2011. As linhas de investimento com esses produtores saltaram de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 2 bilhões, com crescimento de 65%.

Pepe Vargas reconheceu que a presença do BB no campo é de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, na medida em que a maior parte dos estabelecimentos rurais do país pertence, atualmente, à agricultura familiar. O ministro assinalou que 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros – cerca de 4,3 milhões – são propriedades de agricultores familiares que também são responsáveis por 74% da mão de obra ocupada no campo brasileiro, correspondente a 12 milhões de pessoas na agricultura familiar. E, conforme frisou o ministro, esses agricultores familiares, segundo dados do mais recente Censo Agropecuário, respondem por 70% da produção de alimentos consumidos pela população brasileira.

“No momento em que se disponibiliza crédito para investimento e para custeio nesse segmento, nós estamos fazendo um processo de inclusão social e de crescimento econômico”, enfatizou. Pepe Vargas também listou um dado pouco conhecido sobre o crescimento da renda e da inclusão social no campo para dimensionar a evolução ocorrida nos últimos anos no setor. “O crescimento médio da renda nos domicílios rurais, de 2003 a 2009 – segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE –, foi três vezes maior que o rendimento médio do setor urbano. Isso nos mostra que, no meio rural, a resposta tem sido mais contundente e mais rápida”, acentuou.

Lançamento

Para a Safra 2012/2013, o BB informou que vai disponibilizar R\$ 55,063 bilhões, dos quais R\$ 10,5 bilhões irão financiar a agricultura familiar. Durante o evento, o banco

anunciou o lançamento do Programa Nacional de Habitação Popular Rural (PNHR), que integra o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, e o Seguro Café. O objetivo do PNHR é oferecer condições favoráveis para a construção e reforma de moradias aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. As operações já podem ser contratadas em todo o território nacional. Já o seguro agrícola BB para o café é destinado aos produtores mutuários de operações de custeio agrícola e amplia a quantidade de culturas amparadas pelo seguro.

O evento do Banco do Brasil, realizado na sede da instituição, no Setor Bancário Sul (SBS), em Brasília (DF), contou, ainda, com a presença da secretária-executiva do MDA, Márcia Quadrado; do secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller; do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho; e do secretário-executivo do Ministério das Cidades, Alexandre Cordeiro Macedo – que representou o ministro Aginaldo Ribeiro.

BB oferece R\$ 55 bi para a nova safra, aumento de 14%. Folha de São Paulo, Mercado. 10/07/2012

O Banco do Brasil disponibilizará R\$ 55 bilhões para operações de crédito na safra 2012/13 -14% mais que o oferecido na safra anterior.

Do total, R\$ 44,5 bilhões serão destinados à agricultura empresarial, e R\$ 10,5 bilhões, à familiar. Os recursos fazem parte dos R\$ 115 bilhões do Plano Safra, anunciado pelo governo no final de junho.

Na primeira semana do plano, o BB liberou R\$ 600 milhões, segundo o vice-presidente de Agronegócios do BB, Osmar Fernandes Dias.

O banco também passou a atuar no Programa Nacional de Habitação Rural, que faz parte do Minha Casa, Minha Vida. Até o fim de 2014, 100 mil unidades devem ser contratadas pelo programa.

Encontro reúne agricultores beneficiários do PNCF em Mato Grosso do Sul – Site do MDA. 10/07/2012

Cerca de cem agricultores familiares, beneficiários dos projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de 29 municípios de Mato Grosso do Sul, participam, nesta terça-feira, 10, do Seminário de Renegociação e Individualização. O evento acontece no Hotel Jandaia, em Campo Grande, capital do estado, e é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetagri/MS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O objetivo do evento, conforme disse o diretor do Programa Nacional de Crédito Fundiário do MDA (PNCF), Dino Castilhos, em sua exposição, é renegociar débitos. “Regularizar, individualizar, quando for necessário, além de finalizar contratos junto aos agentes financeiros, no que se refere à aplicação da Resolução 4029 de 18 de novembro de 2011”, afirmou. A resolução institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de créditos rural e fundiário.

Dino Castilho falou pela manhã, no seminário, sobre perspectivas e desafios do PNCF no estado. Desde sua implantação, em 2003, o programa já financiou o sonho de 2.137 famílias de agricultores familiares, investindo cerca de R\$ 15 milhões. “Agora, os beneficiários do programa com até seis parcelas vencidas até a publicação da resolução podem renegociar suas dívidas, por apenas 20% do valor da última parcela vencida”, explicou.

Para Sandra Maria Costa Soares, vice-presidente e diretora de Políticas Agrícolas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Mato Grosso do Sul (Fetagri), o seminário colabora para a regularização do crédito fundiário na região. “O desafio atual é resolver os sérios problemas que temos enfrentado com relação ao pagamento das dívidas dos agricultores. Com a regularização, podemos proporcionar aos agricultores o acesso ao crédito de forma contínua e permanente ou enquanto necessário”, ressaltou.

À tarde ocorrem trabalhos em grupo, onde serão pactuadas proposições de individualização e renegociação junto aos agricultores. E, posteriormente, haverá um debate.

Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do governo federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para ele se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode ser individual ou coletivo.

Garantia-Safra paga benefício a 233 mil agricultores em julho – Site do MDA. 10/07/2012

No mês de julho, 157.071 agricultores de 155 municípios aderidos ao Garantia-Safra recebem o pagamento da primeira parcela do benefício, referente a perdas sofridas na safra 2011-2012. A portaria nº 19, que autoriza o pagamento, foi divulgada pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), nesta terça-feira, 10, no Diário Oficial da União. Outros 111 municípios que receberam a primeira parcela no mês de junho receberão o pagamento da segunda parcela do seguro, totalizando 266 municípios e mais de 233 mil agricultores beneficiados.

Confira a portaria com a lista completa dos municípios beneficiados em julho. Neste mês, recebem o pagamento municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Minas Gerais.

Os municípios atendidos foram os primeiros a realizar os procedimentos necessários para definir os pagamentos e cumprir os requisitos definidos pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra: fizeram o pagamento dos aportes estaduais e municipais, solicitação de

vistoria, indicação de técnicos vistoriadores e comprovação de perda de, no mínimo, 50% da safra.

Os pagamentos serão realizados nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamentos de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Em junho, 76.028 agricultores de 111 municípios da Bahia e de Minas Gerais receberam a primeira parcela do benefício da safra 2011-2012.

Crítérios

O Garantia-Safra é um seguro, uma ação de garantia de renda para as famílias agricultoras que vivem em municípios da Região Nordeste, norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e municípios do Espírito Santo. Com ele, o agricultor familiar com renda de até 1,5 salário mínimo tem a garantia de receber o seguro, em caso de secas ou enchentes que causem a perda de, pelo menos, 50% da produção do município. Os recursos são provenientes do Fundo Garantia-Safra, formado por contribuições da União, estados, municípios e agricultores familiares.

Para receber o pagamento do Garantia-Safra é necessário que os pagamentos dos aportes estaduais e municipais estejam em dia, as prefeituras tenham feito solicitação de vistoria, indicado técnicos vistoriadores para a SAF/MDA e tenha sido comprovada perda de, no mínimo 50%, no município.

Os agricultores que aderirem ao Garantia-Safra nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido receberão a indenização prevista pelo Garantia-Safra diretamente do governo federal, em até seis parcelas mensais, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. O valor total do benefício da safra 2011-2012 é de R\$ 680.

Encontro reúne agricultores beneficiários do PNCF em Mato Grosso do Sul – Site do MDA. 10/07/2012

Cerca de cem agricultores familiares, beneficiários dos projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de 29 municípios de Mato Grosso do Sul, participam, nesta terça-feira, 10, do Seminário de Renegociação e Individualização. O evento acontece no Hotel Jandaia, em Campo Grande, capital do estado, e é promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetagri/MS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O objetivo do evento, conforme disse o diretor do Programa Nacional de Crédito Fundiário do MDA (PNCF), Dino Castilhos, em sua exposição, é renegociar débitos. “Regularizar, individualizar, quando for necessário, além de finalizar contratos junto aos agentes financeiros, no que se refere à aplicação da Resolução 4029 de 18 de novembro de 2011”, afirmou. A resolução institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de créditos rural e fundiário.

Dino Castilho falou pela manhã, no seminário, sobre perspectivas e desafios do PNCF no estado. Desde sua implantação, em 2003, o programa já financiou o sonho de 2.137

famílias de agricultores familiares, investindo cerca de R\$ 15 milhões. “Agora, os beneficiários do programa com até seis parcelas vencidas até a publicação da resolução podem renegociar suas dívidas, por apenas 20% do valor da última parcela vencida”, explicou.

Para Sandra Maria Costa Soares, vice-presidente e diretora de Políticas Agrícolas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Mato Grosso do Sul (Fetagri), o seminário colabora para a regularização do crédito fundiário na região. “O desafio atual é resolver os sérios problemas que temos enfrentado com relação ao pagamento das dívidas dos agricultores. Com a regularização, podemos proporcionar aos agricultores o acesso ao crédito de forma contínua e permanente ou enquanto necessário”, ressaltou.

À tarde ocorrem trabalhos em grupo, onde serão pactuadas proposições de individualização e renegociação junto aos agricultores. E, posteriormente, haverá um debate.

Crédito

Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma política pública do governo federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para ele se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode ser individual ou coletivo.

PGPAF de julho: desconto para 14 produtos – Site do MDA. 10/07/2012

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) concede para o mês de julho bônus para os financiamentos de 14 produtos mais a cesta de produtos: açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha natural (extrativista), cará/inhame, castanha de caju, laranja, leite, mamona, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), sisal, trigo e triticale.

Com o PGPAF, o agricultor familiar terá um desconto no momento do pagamento de seus financiamentos de custeio e investimento. O valor é abatido nos casos em que o valor de mercado do produto financiado está abaixo do preço de garantia.

A portaria do PGPAF foi publicada nesta terça-feira, 10, no Diário Oficial da União (DOU), pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os preços de mercado e o bônus de desconto referem-se ao mês de junho de 2012 e têm validade para o período de 10 de julho a 9 de agosto de 2012.

O leite tem bônus em seis estados, entre eles Maranhão (24,18%), Sergipe (15,8%) e Ceará (12,09%). O milho tem bônus de 8,81% no estado da Bahia. A laranja, de 4,68%, em São Paulo.

A cesta de produtos conta com bônus de desconto em sete estados – Pará, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Bahia. Os descontos variam de 1,92% a 6,05%.

Produtos da sociobiodiversidade também têm bônus, como o babaçu (44,44% no Ceará e 31,67% no Piauí), castanha de caju (23,08% em Pernambuco) e borracha natural (45,01% no Acre).

Cálculo do PGPAF

O bônus do PGPAF é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 7 mil anuais por beneficiário do crédito rural.

Nas operações de investimento do Pronaf, o bônus pode ser concedido bastando que um único produto incluído no PGPAF seja gerador de 35%, ou mais, da renda estimada pelo agricultor para o pagamento do financiamento.

O programa abrange 49 produtos: abacaxi, açaí (fruto), algodão em caroço, alho, amendoim, arroz longo fino em casca, babaçu (amêndoa), banana, baru (fruto), batata, batata-doce, borracha natural cultivada (heveicultura), borracha natural extrativa, café arábica, café conilon, cana-de-açúcar, cará, carne de caprino, carne de ovino, castanha de caju, castanha do Brasil (com casca), cebola, feijão, girassol, inhame, juta (embonecada), laranja, leite, maçã, malva (embonecada), mamona em baga, manga, mangaba (fruto), maracujá, milho, pequi (fruto), piaçava (fibra), pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, raiz de mandioca, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale, umbu (fruto), tangerina e uva.

CMN amplia aprovação do Proagro aos médios produtores. Site do MAPA. 11/07/2012

Medida está contemplada no Plano Agrícola e Pecuário 2012/13 lançado em junho

A resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovada nesta semana confirma a elevação do limite de enquadramento no Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro) de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil e exige o enquadramento dos empreendimentos de custeio agrícola no Proagro ou em seguro rural, quando contratados no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). A medida fixa também alíquota de adicional do Proagro (prêmio de seguro) em 3% para as operações de Crédito Rural, exceto para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf), cuja alíquota permanece em 2%.

Com a decisão, o Governo Federal amplia a proteção do Proagro para os médio produtores rurais, a partir da safra 2012/13, e complementa a medida aprovada em 28 de junho, durante divulgação do Plano Agrícola e Pecuário, de cobertura do Proagro Mais para produtores cadastrados no Pronaf. O Proagro tem por objetivo exonerar o produtor do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio e

indenizar os recursos próprios aplicados no empreendimento, em decorrência de perdas de receitas por eventos climáticos adversos ou pragas e doenças sem métodos de combate, controle ou profilaxia difundidos.

Para aderir ao programa, o produtor deve pagar o adicional do Proagro (taxa de prêmio) e seguir os indicativos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático divulgados pelo Mapa. Desde a safra 2004/2005, o Proagro destinado a garantir as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, passou a denominar-se Proagro Mais. O limite da cobertura do Proagro passou de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil.

MDA comemora liberação de crédito para agricultores afetados pela estiagem – Site do MDA. 11/07/2012

Agricultores familiares afetados pela seca na Região Sul ganharam nova linha de crédito para recuperar suas atividades. A linha, ligada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Pronaf/MDA), tem limite de R\$ 10 mil por agricultor, taxa de juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até dez anos e até três anos de carência. Além disso, o agricultor terá um bônus de 20% em cada parcela paga no vencimento.

O Conselho Monetário Nacional aprovou a criação da linha de investimento do Pronaf em reunião extraordinária realizada nessa terça-feira, 10. A Resolução nº 4.112 vale para os agricultores dos municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de abril de 2012, com reconhecimento do Ministério da Integração Nacional.

"A resolução é um reconhecimento do governo federal da difícil situação dos agricultores que estão passando pelos efeitos da estiagem na região", afirma o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Laudemir Müller. "Trata-se de uma linha de crédito subsidiada para a reestruturação da propriedade e, principalmente, para a estruturação hídrica", resume Müller. O secretário ressalta que, com a nova linha, o agricultor poderá melhorar sua capacidade de armazenamento de água na propriedade, além de desenvolver sistemas simplificados de irrigação para que esteja mais preparado para enfrentar eventuais períodos de estiagem no futuro.

Serão financiados projetos técnicos que recomendem um ou mais dos seguintes itens: reconstrução ou revitalização das unidades familiares de produção; práticas de uso, manejo e conservação de solo e de água; implantação de projetos de irrigação; formação e melhoria de pastagens; produção e conservação de forragem para a alimentação animal e outros investimentos com viabilidade técnica e econômica.

O prazo para os agricultores contratarem a operação da nova linha de investimento vai até o dia 31 de janeiro de 2013.

Pagamento de dívidas

O CMN também aprovou a Resolução nº 4110, que altera o prazo para os agentes financeiros contratarem operações de composição de dívidas, enquadradas na Resolução nº 4028, de 18 de novembro de 2011.

Os agricultores terão até o dia 28 de dezembro de 2012 para realizarem a operação de composição das dívidas.

Programas de proteção da renda do agricultor são ampliados pelo Plano Safra 2012-2013 – Site do MDA. 16/07/2012

Garantir a renda do agricultor familiar em caso de perda da produção e favorecer investimentos no setor. Estes são os principais objetivos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao propor a ampliação dos programas Garantia-Safra e Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) no Plano Safra 2012-2013. “Estamos aperfeiçoando todos os instrumentos de proteção da renda do agricultor familiar”, enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

O Garantia-Safra é voltado para agricultores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês e funciona de forma cooperada. Ou seja, é necessária adesão do agricultor, do município, do estado e da União ao fundo do programa. Confirmada a perda de pelo menos 50% da safra no município por adversidade climática, o recurso pode ser acessado pelos agricultores daquela localidade. Na safra 2011-2012, mais de 770 mil agricultores serão beneficiados pelo programa.

Até a safra 2011-2012 a ação estava disponível apenas para a região do semiárido. A partir da aprovação da mudança da lei, outros municípios de todo o país poderão aderir ao Garantia-Safra. Os agricultores interessados em participar do programa devem procurar as prefeituras, sindicatos ou empresas de assistência técnica em seus municípios antes do início do plantio para fazerem a adesão ao Garantia-Safra e, assim, garantir sua renda em caso de estiagens ou enchentes.

“Queremos dar mais segurança, mais tranquilidade aos nossos agricultores para que eles possam fazer mais investimentos e melhorar sua produção. Tomar mais crédito, sabendo que podem fazer esses investimentos porque têm seguros que garantem essa produção, principalmente quando eles tiverem que enfrentar momentos de adversidade climática”, afirma o secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Muller.

No Seguro da Agricultura Familiar, o agricultor quando faz o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para custeio, automaticamente contrata o seguro. Havendo perda da safra por adversidade climática o seguro paga o financiamento e também dá uma cobertura de renda – equivalente a 65% da receita líquida estimada, limitada a um teto que era de R\$ 3,5 mil e que será ampliado para R\$ 7 mil. Nessa modalidade o agricultor precisa comunicar ao banco, aguardar a vistoria na lavoura e o laudo técnico que comprove a perda para receber o benefício.

Atualmente o MDA tem R\$ 32 bilhões do Pronaf nas mãos de agricultores familiares. O Seaf é que garante o retorno desse crédito no momento em que o agricultor tem sua capacidade de pagamento comprometida. Na safra 2011-2012, mais de 90 mil

agricultores familiares comunicaram perda e poderão ser indenizados pelo seguro agrícola, com desembolso pelo governo federal de cerca de R\$ 650 milhões. “O seguro é um instrumento muito importante pois garante que o agricultor esteja amparado e tenha capacidade de retomar sua produção em caso de perda”, explica Laudemir.

Palavra do agricultor
O senhor Sebastião Pereira da Rocha mora com a mulher e dois netos no município de Lagoa dos Patos, no norte de Minas Gerais. Em uma área de pouco mais de 1,5 hectare planta milho, feijão, mandioca e cria galinhas para ajudar a complementar a renda da aposentadoria. No ano passado, o forte período de estiagem comprometeu mais de metade da produção. A inscrição no Garantia-Safra assegurou a quantia de R\$ 640 à família, divididos em quatro parcelas pagas a partir de abril deste ano. Com o dinheiro ele pode comprar remédios para os animais e pagar as dívidas para o plantio da roça.

A facilidade para receber o benefício é elogiada pelo agricultor que pretende aderir novamente ao programa na próxima safra. “Para minha família foi bom porque a gente não precisou passar dificuldade”, conta. E fica feliz pela ampliação do projeto para todas as regiões brasileiras.

Em uma propriedade de 15 hectares herdada do pai, o agricultor Ari Paulo Stival produz praticamente tudo o que precisa para viver e vende o excedente nos mercados da cidade de Taquaruçu do Sul (MS). A maior parte da renda que sustenta cinco pessoas fica por conta da venda de leite, mas, para produzir, o milho é essencial. É o grão que garante a alimentação do gado e de outros animais que a família cria.

Na última safra, depois de quase oito meses de seca, o produtor perdeu cerca de 80% da lavoura de milho financiada pelo Pronaf. Com o Seguro da Agricultura Familiar, conseguiu pagar as contas e quitar o empréstimo de R\$ 7 mil. “Se não tivesse o seguro, eu não teria condição de pagar. Teria que vender algumas vacas, que é o que me sustenta hoje, mas aí quebrava. Foi o que me salvou, a gente está sobrevivendo por causa disso”, explica Ari.

O Pronaf permite investimentos na propriedade, garante a produção e assim possibilita que Ari pague a faculdade dos dois filhos, que pretendem voltar para a chácara e ajudar o pai a continuar o negócio da família. E é o seguro que o incentiva a continuar pegando o financiamento. “Ano que vem irei financiar novamente sete hectares para plantar milho, e tomara que não venha a acontecer de o clima novamente estragar a lavoura, porque a gente não planta pensando nisso. Mas se acontecer é uma segurança que temos. A gente fica mais tranquilo”, conta o agricultor.

Planos agrícolas promovem concentração de terra e especulação financeira. José Coutinho Júnior – Site do MST. 16/07/2012

O governo federal fez o lançamento dos planos agrícolas para a safra de 2012/2013, tanto para a agricultura comercial quanto para a familiar. O Plano Safra consiste em uma política de crédito para os produtores agrícolas e programas de investimento nos modelos agrários empresarial e familiar.

O pacote destinado à agricultura familiar recebeu um total de R\$22,3 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar e R\$ 4,3 bilhões para programas voltados à assistência técnica e aquisição de alimentos.

“O plano é fraco”, avalia Guilherme Delgado, doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

De acordo com o economista, crédito não é suficiente para atender as demandas do campesinato. “Há uma timidez do governo de apresentar um plano diferente. Os camponeses precisam mais que sobreviver e precisa existir incentivos à cooperação. Se for somente dar crédito aos pequenos agricultores, não há necessidade em se fazer dois planos distintos”, critica.

“Para existir um plano efetivo, seria necessário um pacote de medidas de caráter estrutural, que fomentassem a cooperação, a agroecologia, a agricultura familiar e a infraestrutura das propriedades. Nada disso está no plano porque não se pensa que essas medidas possam fazer um diferencial”, acredita Delgado.

Segundo o dirigente do MST, Alexandre Conceição, o principal problema do plano é que ele reforça a estrutura fundiária concentrada. “A agricultura familiar só existe porque houve desconcentração de terra e o surgimento de pequenos produtores capazes de produzir. Nesse sentido, a Reforma Agrária está completamente esquecida no plano. O agronegócio, graças ao investimento do governo, continua avançando e expulsando os produtores do campo”, afirma.

“O número de pequenos produtores diminui ano a ano graças à política de fortalecimento do agronegócio. Se o governo não trabalhar na desconcentração de terras, o crédito vai beneficiar cada vez menos pessoas. As 186 mil famílias acampadas poderiam dar volume à agricultura familiar e obter os recursos do plano safra para produzir. Novas famílias precisam ser assentadas para fortalecer a pequena agricultura”, propõe o dirigente do MST.

Crédito burocrático para os camponeses

A burocracia para conseguir recursos é um dos problemas do Plano Safra. Além de licenças ambientais e jurídicas da propriedade, a obtenção do crédito passa pelos bancos, que fazem diversas demandas aos agricultores, sendo a principal delas não estar endividado.

De acordo com Conceição, “há milhares de famílias que estão impedidas de acessar recursos, inclusive desse plano, por conta das dívidas passadas, que não foram renegociadas. É um crédito de difícil acesso para a realidade dos assentados”.

A maior parte do crédito do plano é destinada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que não atende as necessidades de grande parcela dos camponeses e não altera a estrutura agrária brasileira.

Segundo Delgado, “o Pronaf é uma peça de fomento para setores do campesinato que tem uma produção mercantil estruturada. É uma tentativa de integração deste campesinato no modelo de produção do agronegócio”.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou, junto com o lançamento do plano, a criação de uma Agência Técnica e Extensão Rural para desenvolver pesquisa e tecnologia para a pequena agricultura.

Conceição considera a medida importante e cobra a participação dos movimentos. “A construção dessa agência deve ser feita com o conjunto da sociedade e dos movimentos sociais. Queremos uma assistência técnica continuada e com recursos, elaborada de acordo com a dinâmica de cada comunidade”.

O dirigente do MST pondera que ainda não existe nada de concreto e coloca a necessidade da formação de técnicos agrícolas, agrônomos e engenheiros florestais dentro de uma matriz tecnológica distinta do agronegócio. “É um debate que está no começo e que deve ser feito a partir das necessidades dos trabalhadores rurais do campo. Essa agência não pode ser uma assistência com técnicos formados com a lógica do agronegócio, que chegam para produzir com alta quantidade de veneno e compra de sementes das transnacionais”.

Facilidades para a agricultura empresarial

O plano para a agricultura comercial, cujos beneficiários são majoritariamente o setor do agronegócio, recebeu R\$ 115,25 bilhões. Houve um aumento de 7% do montante recebido ano passado. Do total, R\$ 28,25 bilhões serão destinados para investimentos e R\$ 86,95 para financiamento de custeio e comercialização.

De acordo com Delgado, “o Plano Safra da agricultura comercial vem para fazer com que o setor primário, caracterizado pela exportação das commodities agrícolas e majoritariamente ligado ao setor privado, cresça por meio do investimento público. O crédito rural cresceu muito nos últimos anos e as políticas de preços mínimos expandiram o setor primário do agronegócio.”

O pesquisador observa, no entanto, que apesar do orçamento ser o maior de todos os tempos, há uma queda no ritmo de crescimento. “O incremento no crédito deste ano apresenta desaceleração. De 2000 até o ano passado, o crescimento da quantidade de crédito era no mínimo de 9%. Em 2011, o aumento foi de 13%. Isso mostra que embora a prioridade do setor primário na economia seja forte, há desaceleração devido ao aumento dos preços da commodities”.

Dinheiro para especulação

Conceição avalia que não há restrições burocráticas para que os latifundiários obtenham o crédito, enquanto os camponeses enfrentam diversas restrições. “O plano do agronegócio tem uma estrutura jurídica e bancária pronta para os produtores pegarem os recursos e utilizarem da forma que querem, inclusive renegociando as suas dívidas com os bancos”, afirma.

Grande parte do crédito alimenta o mercado financeiro, com medidas como a compra e venda antecipada de safras por terceiro nas bolsas de valores. Ou seja, recursos públicos entram na ciranda da especulação financeira.

“É uma política lamentável do governo, que trata alimentos como mercadoria, fortalecendo o modelo especulativo. Vai ser uma farra para os ruralistas durante toda a safra a especulação do eucalipto, da soja, da cana, do etanol”, prevê Conceição.

“A produção brasileira se baseia em commodities, que servem justamente para especulação financeira nas bolsas e para enriquecer as empresas do agronegócio. Depois do anúncio do crédito, é provável que as próximas safras já tenham sido vendidas, sem que a plantação tenha sequer começado”, complementa. Para ele, “o Brasil precisa de capital produtivo para desenvolver o país, e não investimentos no financeiro. É a produção que faz o país crescer”.

Sem agrotóxicos

O plano destinado aos grandes produtores também conta com programas que incentivam a produção de produtos orgânicos. O texto do plano afirma que “é crescente a preocupação da população com a qualidade dos alimentos e os impactos sociais e ambientais dos sistemas de produção convencionais. Tem ocorrido um grande aumento na demanda por produtos considerados limpos, de maior valor nutritivo e produzidos com respeito ao meio ambiente e com justiça social”.

Para Delgado, a baixa das commodities leva setores do agronegócio a ocupar esse filão do mercado. “Há uma busca de nichos alternativos devido à queda dos preços nas commodities. O setor do agronegócio que prega a produção de orgânicos começa a ganhar força”, avalia o economista.

Dados do plano apontam que o mercado mundial da agricultura orgânica supera 80 bilhões de dólares anuais. No Brasil, a comercialização anual de produtos orgânicos é de R\$ 500 milhões.

De acordo com Conceição, a preocupação dos grandes produtores não está na preservação ambiental, e sim no lucro. “O agronegócio não se preocupa com o meio ambiente. Estão preocupados com o lucro que a produção de alimentos saudáveis vai trazer, pois o produto orgânico é vendido mais caro. É para ter mais lucro e ter o discurso para a sociedade de que eles produzem de forma sustentável que eles começam a adotar essas estratégias”, diz o dirigente do MST.

Ele avalia que o agronegócio quer ter um “discurso sustentável”, mas não tem condições de mudar estruturalmente seu modo de produção desmatador, como demonstra a pressão pelas mudanças no Código Florestal. “Basta ver como o agronegócio produz: grandes extensões de terra, expulsão dos trabalhadores, monocultivos, veneno e máquinas. Essa produção não é nada ecológica”, acredita.

**MDA realiza seminário sobre Seguro da Agricultura Familiar – Site do MDA.
17/07/2012**

As mudanças no Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) na safra 2012/2013 e como devem proceder todos os envolvidos na operacionalização do seguro. Esses são os principais temas do Seminário sobre a Operacionalização do Seguro da Agricultura Familiar na safra 2012/2013, que será realizado nesta quarta-feira (18) pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), em Brasília.

Participam do evento representantes dos movimentos sociais dos agricultores familiares de atuação nacional e estadual; técnicos das instituições estaduais governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural (Ater); agentes financeiros que atuam com o Pronaf na modalidade de custeio; integrantes da Rede Temática do Crédito Rural; além de representantes do Banco Central e dos ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

"O seminário é importante para discutir aprimoramentos no seguro, sobretudo como agentes financeiros, entidades de Ater e movimentos sociais podem desenvolver ações articuladas para uma operação mais eficiente do programa e melhor atendimento ao agricultor", explica o coordenador geral de Gestão de Riscos e Seguro Rural da SAF/MDA, José Carlos Zukowski. Ele observa que, no início de cada safra, são realizados encontros estaduais para tratamento das condições do Seaf e o evento nacional discute as questões com uma visão que abrange todo o país.

O seminário apresenta ainda as mudanças nas normas para a safra 2012/2013 e a evolução do seguro desde sua criação; questões operacionais mais comuns e suas soluções; ações que o agricultor e os agentes financeiros devem observar para que o beneficiário não perca a cobertura em caso de sinistro.

Seaf

Até 14 de julho, R\$ 496 milhões foram pagos em indenizações do Seguro da Agricultura Familiar, para 70 mil agricultores que tiveram perdas na safra 2011-2012. Na safra passada (2011-2012) mais de 450 mil agricultores aderiram ao SEAF, com um valor segurado total de R\$ 5,4 bilhões.

Desde a criação do Seaf, na safra 2004/2005, mais de 600 mil pagamentos de indenização já foram feitos em todo o Brasil, no valor total de R\$ 2,4 bilhões.

O Seaf cobre perdas provocadas por chuva excessiva, geada, granizo, seca, grande variação de temperatura, ventos fortes, ventos frios e doença fúngica ou praga sem método de controle técnico ou economicamente viável. O seguro garante o pagamento de até 100% do valor das operações de custeio e até 65% da Receita Líquida Esperada do Empreendimento (RLE), limitado a R\$ 7 mil - valor que era até R\$ 3,5 mil na safra 2011-2012. A indenização é proporcional à perda e só podem ser indenizadas aquelas que forem maiores do que 30% da Receita Bruta Esperada.

Podem ter acesso ao Seaf os agricultores que contratam financiamento de custeio agrícola do Pronaf em uma das culturas que estão no Zoneamento Agrícola. Se houver

sinistro, a lavoura precisa passar por uma vistoria para apuração do montante e das causas dos danos.

Ação de Ater e crédito orientado atende cerca de 480 mil agricultores do Pronaf B – Site do MDA. 23/07/2012

Manoel Gildásio produz banana, abóbora, milho, além de goiaba e mamão, em uma área de 3,5 hectares. Acessou o Pronaf B, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2009, e tomou crédito no valor de R\$ 2,5 mil. Com o recurso da linha de crédito, o agricultor replantou algumas culturas que tinha perdido na safra anterior em virtude da seca e da falta de orientação técnica. "Com o Pronaf e a assistência técnica, continuei meus projetos e plantei corretamente goiaba e melancia", conta. Ele planeja acessar outras linhas na próxima safra.

"A gente tem que saber aproveitar o Pronaf para aumentar nossa renda. Sempre que for investir o crédito é viável para o agricultor. Mas é o técnico que orienta, diz para a gente o que estamos precisando. O trabalho dele avança o nosso trabalho", diz o agricultor Manoel Gildásio, 48 anos, do município de Banabuiú (CE). "É difícil tirar resultado de uma cultura sem um técnico por perto", observa Gildásio que recebe acompanhamento dos extensionistas Jocimar Marques e Valência Medeiros.

Até o primeiro semestre de 2013, cerca de 60 mil agricultores familiares do grupo B deverão acessar outras linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A estimativa é do Banco do Nordeste que realizou estudo com o público atendido pelo Agroamigo e comprovou que esses agricultores estão melhorando seu padrão de vida e de renda e, com isso, migrando para outros grupos do Pronaf.

"Os agricultores têm melhorado suas condições de produção. Isso mostra a importância da articulação das políticas públicas e também da parceria dos extensionistas rurais e dos agentes do microcrédito orientado", avalia o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller.

Em nove estados da Região Nordeste e no norte de Minas Gerais, a extensão rural capacita e disponibiliza uma rede de quatro mil técnicos que atuam em sintonia com 640 agentes do Agroamigo. Juntos, eles atendem 487 mil agricultores e agricultoras do Pronaf B. A experiência bem sucedida acontece há quatro anos, desde a parceria firmada entre o Banco do Nordeste (BNB) e o MDA, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF).

A ação conjunta de técnicos de Ater e dos agentes do Agroamigo alcança 34 mil comunidades rurais, na qual o MDA investiu, nos últimos três anos, cerca de R\$ 50 milhões em Ater. Trata-se de metodologia específica de atendimento de crédito rural orientado para agricultores do Pronaf B desenvolvida pelo Banco do Nordeste e pela metodologia de grupo de abordagem de Ater.

"O agente do Agroamigo é um assessor de crédito, que atua junto às comunidades, prospectando negócio e elaborando proposta de crédito. Ele acompanha o agricultor

para verificar a aplicação e orientá-lo financeiramente no uso do crédito. O extensionista avalia tecnologias adequadas de produção, manejo de solo, dos animais e a comercialização; principalmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O trabalho dos dois é sinérgico. Um atua com a carteira de crédito e o outro com a assistência técnica", explica o superintendente do BNB, Luiz Sérgio Farias. Ele ressalta que a atuação conjunta de agente e técnico faz com que o agricultor melhore sua produção e garante o retorno do crédito para o banco.

Laudemir Müller elogia o programa de microcrédito rural para os agricultores e considera a concessão de crédito orientada e acompanhada de grande importância para o público que acessa o Pronaf.

Jovens

Em acordo de cooperação firmado em junho deste ano, o Banco do Nordeste (BNB) e o MDA se comprometeram a garantir capacitação adequada, crédito rural orientado e assistência técnica para 5.310 jovens agricultores familiares. São jovens rurais com potencial para acessarem a linha de crédito Pronaf Jovem, segundo o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria da Agricultura Familiar, Argileu Martins. O diretor do Dater/MDA assegura que a nova fase de atendimento aos jovens rurais nessas três vertentes tem o objetivo de mudar o cenário atual quanto ao acesso dos jovens às políticas públicas relevantes para seu projeto de vida.

Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A iniciativa, pioneira no Brasil, visa a concessão de financiamento para área rural com metodologia própria de atendimento tendo o agente de microcrédito como figura fundamental para o assessoramento financeiro.

O objetivo é oferecer microcrédito rural às famílias de agricultores que possuem rendimento anual até R\$ 10 mil – valor que era até R\$ 6 mil na safra passada, de 2011/2012 –, enquadradas no Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O programa, por meio de seus assessores técnicos, disponibiliza orientação financeira aos agricultores (as) sobre modalidades de crédito e a adequação destes ao perfil socioeconômico da atividade produtiva familiar.

Mais crédito para agricultores familiares no Ano Internacional das Cooperativas – Site do MDA. 26/07/2012

As cooperativas e associações formadas por agricultores familiares poderão investir mais em suas organizações. Duas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que atendem esse público, tiveram seus limites ampliados significativamente. O incremento integra as ações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Plano Safra 2012-2013 e casa com as ações propostas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas. A iniciativa inédita

reconhece o modelo cooperativo como fator importante no desenvolvimento econômico e social de cada país.

Com acréscimo de R\$ 10 milhões, agora, o recurso oferecido pelo Pronaf Agroindústria financia projetos até R\$ 30 milhões para as associações e cooperativas, com taxa efetiva de juros de 2% ao ano. O limite individual por associado está fixado em R\$ 40 mil. O prazo para a quitação do empréstimo pode ser feito em até dez anos, incluídos até três anos de carência. Já as cooperativas e associações que optarem pelo financiamento de até R\$ 1 milhão terão os juros fixados em 1% ao ano. O aumento nos limites de crédito engloba também a linha de Cotas-Partes do Pronaf, que financiará até R\$ 20 milhões por cooperativa, sendo o teto individual limitado a R\$ 20 mil.

“Em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas e ao reconhecimento que temos pelas cooperativas da agricultura familiar, estamos incrementando fortemente o Pronaf Agroindústria, que terá um aumento de 200% na linha de crédito, com juros de 2% ao ano”, anunciou o ministro do MDA, Pepe Vargas, no lançamento oficial do Plano Safra 2012-2013, no dia 4 de julho, em Brasília (DF).

Criado para financiar as atividades que agregam renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos agricultores familiares, o Pronaf Agroindústria pode ser acessado pelas organizações de produtores que comprovem que, no mínimo, 70% de seus participantes ativos sejam beneficiários do Pronaf, e que 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no Pronaf, situação confirmada pela apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Há quatro anos, a Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (Clac) recorre ao custeio da linha para investir na estruturação e expandir a produção. "Na época, era a única alternativa que nós tínhamos. A gente estava voltando a fabricar e foi a oportunidade que tivemos para comprar novos equipamentos, veículo para distribuição dos produtos, para ampliação da fábrica e para construir novas câmaras frias. Não pegamos muito dinheiro, mas foi o suficiente para alavancar. Para nossa cooperativa, foi de grande valia", conta do diretor executivo da Clac, Rolmar Botecchia.

Com sede no município de Alfredo Chaves (ES), a cooperativa está localizada a menos de 90 quilômetros da capital do estado, Vitória. Atualmente, o quadro de cooperados inclui cerca de 400 produtores de leite, que estão em oito municípios diferentes: Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Piúma, Rio Novo do Sul e Vila Velha. Somente em 2011, a Clac foi responsável pela produção de 10,2 milhões de litros de leite.

"As medidas incentivam os agricultores familiares a produzir os alimentos e se organizarem em cooperativas para comercializar sua produção, de modo que chegue um produto melhor aos consumidores, agregando mais renda à produção e a agricultura familiar", ressalta o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller.

Linha de crédito

Para Rolmar Botecchia, o acesso à linha de crédito do Pronaf Agroindústria foi decisivo para o crescimento da Clac nos últimos anos. "Com o custeio, nós crescemos e crescemos bem. Nós saímos de um total de geração de emprego de 27 funcionários para

64. A nossa média de produção diária foi de 59 litros por produtor para 84. Nós, que só produzíamos leite barriga mole, hoje conseguimos produzir também queijo, requeijão, iogurte e bebida láctea. O crédito acelerou nossa tomada de decisão. Além disso tudo, tivemos a oportunidade de fornecer para a merenda escolar", revela. De acordo com o diretor executivo da cooperativa, a maior parte dos produtos é comercializada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no qual o MDA atua como articulador. "O nosso foco é a merenda escolar, mas a gente vende também para cidades do nosso entorno", afirma.

As cooperativas e associações de agricultores familiares que tiverem interesse em acessar as linhas de crédito do Pronaf devem entrar em contato com os agentes financeiros (bancos) responsáveis pela contratação do investimento, de posse da DAP e de uma proposta simplificada, projeto de uso do crédito. Vale lembrar que a DAP é o primeiro documento a ser providenciado, em seguida vem o projeto. Apenas após esse projeto o agricultor pode procurar o banco.

Mais informações sobre as linhas do Pronaf podem ser conferidas aqui.

Coopersol

Outra ação realizada pelo MDA visando desenvolver as cooperativas de produtores familiares é o Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol). Lançado em 2004, o programa busca fortalecer as organizações associativas da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária, com foco nas cooperativas de produção e crédito, visando a ampliação da capacidade de geração de renda, por meio da agregação de valor aos produtos e acesso a mercados, de forma competitiva.

O Coopersol, que integra as ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), é considerado uma ação concreta em direção aos objetivos gerais de desenvolvimento do cooperativismo solidário estabelecidos no Plano Brasil Cooperativo, do governo federal, que concede a cada ministério autonomia para implantar programas que estimulem o crescimento do setor. Nos últimos cinco anos, o Coopersol contou com investimentos de R\$ 53 milhões, a maior parte em ações de capacitação de dirigentes e técnicos desde 2007.

2012: Ano Internacional das Cooperativas

A Assembleia Geral das Nações Unidas ratificou, em 22 de dezembro último, a resolução sobre "Cooperativas e Desenvolvimento Social", que declara 2012 como Ano Internacional das Cooperativas (IYC, na sigla em inglês). Com isso, a ONU reconhece o modelo cooperativo como fator importante no desenvolvimento econômico e social dos países. Esta é a primeira vez na história que um ano será dedicado ao setor cooperativista.

Consideradas economicamente viáveis e socialmente responsáveis, as cooperativas operam em setores que vão desde a agricultura até finanças e saúde. A ONU se propõe a três objetivos: aumentar a consciência sobre esse modelo empresarial e sua contribuição

positiva; promover sua formação e seu crescimento; e impulsionar os Estados-membros para que adotem políticas que favoreçam sua expansão.

Sem importar o setor no qual atuam, as cooperativas são consideradas modelos de empresas bem sucedidas porque seus integrantes são responsáveis por todas as decisões da instituição. Além disso, elas não objetivam a maximização dos lucros, mas atender às necessidades de seus membros, que participam do gerenciamento.

O potencial das cooperativas para ajudar a erradicar a pobreza, criar e fortalecer práticas sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento são as características que a ONU pretende destacar para que os Estados-membros as promovam. Um dos principais assuntos que a agenda da ONU para o desenvolvimento propõe é destacar o aspecto humano, mais do que o financeiro – e as cooperativas combinam ambos.

O início das cooperativas remonta à Europa de 1800. Na Alemanha, em 1860, Friedrich Raiffeisen projetou uma empresa de poupança e crédito para ajudar os agricultores. Sua ideia de banco cooperativo se propagou a outras partes do continente europeu. Ao mesmo tempo, Schultze-Delitsch criou um banco semelhante em áreas mais urbanas.

Também surgiram cooperativas de consumo entre trabalhadores têxteis por volta de 1840, na Grã-Bretanha, em época de crise econômica. Posteriormente, na década de 1950, esse tipo de empresa constituía 12% do comércio varejista. Atualmente, as cooperativas contam com um bilhão de membros em mais de cem países.

Mais de 450 mil agricultores familiares contrataram o Seaf – Site do MDA. 27/07/2012

A safra 2012-2013 já começou e agricultores familiares de todos os estados brasileiros podem fazer financiamento de custeio agrícola no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com acesso automático ao seguro que lhes garanta renda caso adversidades climáticas provoquem perdas de mais de 30% em suas lavouras. A garantia vem por meio do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), mais conhecido como Proagro Mais em alguns estados.

Até 25 de julho, 76.618 mil agricultores receberam o pagamento do Seaf, referente à safra 2011-2012, o que corresponde a um valor pago, até o momento, de R\$ 544 milhões. No total, mais de 450 mil agricultores que contrataram operações de custeio estão segurados.

O número de pedidos de cobertura ultrapassou 97 mil em todo o país, sendo 97% na Região Sul. Segundo o coordenador do Seaf, José Carlos Zukowski, esses números vão aumentar, pois os processos de análise ainda estão em curso e, em agosto, ainda estarão sendo avaliados processos de julho e fim de junho. "Além disso, todos esses dados são da safra de verão e da safrinha. A safra de inverno está começando agora. Esperamos que não haja problemas com o trigo", explica Zukowski. Entre os motivos dos pedidos de cobertura da safra 2011-2012, a seca foi o predominante, afetando mais de 90 mil agricultores. Além disso, houve ocorrência de chuva excessiva, granizo, doença ou praga na lavoura, vento forte ou frio e variação de temperatura.

"O principal motivo foi a estiagem. No Paraná, os maiores prejuízos foram nas lavouras de milho, soja e feijão, além da pecuária", detalha o delegado federal do MDA no estado, Reni Antoni Denardi. O Paraná registrou o segundo maior número de comunicados de perdas – mais de 25 mil –, atrás apenas do Rio Grande do Sul, que teve registros superiores a 56 mil. Em Santa Catarina, foram 12.263 comunicados.

O seguro garante renda para agricultores familiares que contratam financiamentos de custeio agrícola do Pronaf, da receita bruta esperada, por motivo de seca, granizo, vendaval, chuva excessiva, geada, variação excessiva de temperatura, ventos frios e doenças fúngicas ou pragas, sem métodos difundidos de combate, controle ou prevenção. A adesão ao Seaf é opcional para a cobertura adicional de investimento. Para ter acesso ao benefício, o agricultor deverá se dirigir ao banco onde financiou o custeio agrícola e formalizar a Comunicação de Ocorrência de Perdas.

"As perdas apresentaram situações muito diferenciadas. Mesmo dentro de um município, alguns agricultores perderam mais e outros menos. E houve aqueles que não tiveram perdas. Em parte isso se deve ao clima, mas em parte está relacionado com manejo da lavoura, cuidados com o uso e preservação do solo", ressalta Zukowski. Ele lembra que medidas como o plantio direto na palha podem evitar perdas na estiagem, porque ajudam a reter mais umidade no solo. Uma boa adubação também pode aumentar a resistência das plantas à seca e outros eventos adversos. "Para quem está fazendo os preparativos para plantar na safra que começa agora é importante ter esses cuidados e procurar a assistência técnica para ter um melhor resultado na lavoura."

Para outras informações, acesse aqui .

Palavra do agricultor

"Com o Proagro Mais (o Seaf), consegui pagar o financiamento, senão não sei o que ia fazer", disse o agricultor Elton Ferri, do município de Verê (PR). Elton, que vive com a mulher e uma filha de 11 anos, tem gado de leite e conta que nos últimos seis anos não havia visto uma seca tão forte como a que passou na safra passada. Para ele e sua família, o que garantiu a renda foi o Seguro da Agricultura Familiar e o leite que vendem atualmente. Do milho plantado em setembro, na área de cerca de 20 hectares, a quantidade colhida serviu minimamente para a silagem – alimentação dos animais.

No mesmo município, a agricultora Claudete Bassani e o marido Irinei já receberam o benefício do Seaf referente à perda da safra 2011-2012. O casal, que mora com um filho de 17 anos, perdeu cerca de 70% da produção de milho e de feijão, por causa da seca que atingiu a região. Esta foi a segunda vez que comunicaram perda e recorreram ao seguro.

"O produto não nasceu. Quando estava na flor, foram quase 30 dias de sol, caiu a flor. O milho não desenvolveu", conta Claudete que, junto com o marido, trabalha em duas lavouras, numa área de quase nove hectares. Onde havia milho e feijão na safra passada, a família plantou aveia. No final de agosto, voltarão a plantar milho, para alimentar o gado de leite.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa